

**56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CT-OS/CIF**

Aos dias 22 do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às treze horas, por meio de vídeo conferência e transmissão via *YouTube* no link (<https://youtu.be/hn7EJCjPOPI>) teve início a a **56ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial CT-OS/CIF**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

**Dos participantes, registro:** Cláudia Laureth (Flacso), Fabiane Macedo Borges (Ministério da Cidadania), Gustavo Soares Ribeiro (Ernest Yang), Jadilson Lino de Oliveira Gomes (Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo), Jadir de Assis (SEDESE/MG/Coordenação CT-OS), Jóeci Benedita Santos Lopes Miranda (Aracruz/ES), José Augusto Gomes (SETADES), Karina Denari Gomes de Mattos (MPF/FGV), Karolina Rodrigues de Vasconcelos (Prefeitura Municipal de Mariana) Laurent Rivet Rassi (Fundação Renova), Lorena Fernandes Gontijo (Comitê Gestor Pro-Rio Doce), Márcia Helena ( ), Mariângela De Lorenzo (Consultora Camaroeiros Vitória ES), Manoel Rodrigues Afonso (Diretoria Regional Metropolitana/ SEDESE), Marcus Vinícius Tabachi dos Santos (Fundação Renova), Maria Albanita Roberta de Lima (Fundação Renova), Maria Alice da Silva (Flacso Brasil), Maria Lethicia Campos Mata (Fundação Renova), Mirna Lúcia de Almeida Correia (MAPA), Nilian Cristina Farias Genovese (Fundação Renova), Patrícia Rocha ( ), Patrícia Pascoal Goulart (Fundação Renova), Paula Vieira Gonçalves de Souza (Fundação Renova), Paulo Eugênio Clemente Junior (Ministério da Cidadania), Priscila Ohira (Fundação Renova), Rafael Carneiro da Silva Matos (Fundação Renova), Renato Cardoso (MAPA), Ronaldo Felício Moyses Filho (Fundação Renova), Sarah Gomes (Prefeitura Municipal de Mariana), Tais Pereira Santos (ATI ASPERQD), Tatiana Tatagiba Medeiros (SETADES), Vanessa Miranda Lacerda (Comitê Gestor Pro Rio Doce)

**1. Abertura da Reunião Ordinária:**

| <b>Pauta</b>  | <b>Discussão</b>  |
|---|---|
| <b>1.1 Apresentação dos presentes, aprovação da ata e leitura da pauta:</b> | O Sr. Jadir de Assis, coordenador da Câmara Técnica de Organização Social – CT-OS, iniciou a reunião dando boas-vindas e agradecendo a participação dos presentes. Houve uma rodada de apresentações dos presentes e leitura da pauta. A Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo solicitou acréscimo de ponto sobre a nova configuração das Câmaras Técnicas e, posteriormente, a pauta foi aprovada. A coordenação colocou a ata da 55ª Reunião Ordinária da CT-OS em votação. |
| <b>Aprovação:</b>   | A ata da 55ª Reunião Ordinária da CT-OS foi aprovada após a efetivação de algumas correções no texto, sugeridas pela Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo. A ata será enviada à Secex para publicação na página do CIF/IBAMA.  |

**2. GT PIM/Cadastro - Manifestações do GT**

| <b>Pauta</b>   | <b>Discussão</b>  |
|--|---|
| <b>2.1. PG 07: Monitoramento e Nova Definição do Programa de Assistência aos Animais</b><br><b>2.2. Análise dos RMM PG01; anexo 4; PG02, PG07</b><br><b>2.3. Considerações da Fundação Renova</b><br><b>2.4. Encaminhamentos</b> | Renato Cardoso, representante do MAPA e coordenador do GT PIM Cadastro, informou terem sido solicitadas algumas modificações no <b>RMM do Cadastro</b> , enviadas pela Fundação Renova nos RMMs de agosto e setembro, junho e julho, estes, retificados. Solicitou que Laurent (Fundação Renova) esclarecesse sobre as fases do cadastro e Laurent informou que a divisão principal entre as fases, se refere às solicitações de cadastro recebidas. Fase 1: todas as solicitações recebidas até o final de 2017, fase concluída. A fase 2 são as solicitações recebidas a partir de 2018. Na fase 1, tinham 3 campanhas de cadastramento, como forma de organização dos fornecedores, divisões referentes às logísticas. Renato (MAPA) relata que o RMM de junho foi revisado e feitas correções de alguns erros e ajustes pontuais no número de pessoas. Houve mudança referente ao cadastro de não localizados de Mariana, que passou a ser apresentado por ano -de 2016, 2017 e 2018. O RMM de agosto/julho foi ajustado com a retirada de informações sob a tabela 3 e outros cortes de esclarecimentos abaixo das tabelas. Revisão nas pesquisas e laudos de Mariana: inicialmente tinham 15 a mais e agora apresentam 15 a menos. O cronograma foi modificado. No RMM de setembro / agosto: Na tabela 3 – fase 1 |

e fase 2 de Mariana, retirada da data de corte de março. A Tabela 5 foi modificada – apresentação dos dados por ano. Gráfico 4: municípios com maior número de solicitação de cadastro. Acréscimo da explicação do gráfico. Renato pergunta se os Laudos técnicos, são os encaminhados pela 12ª Vara. Laurent (Fundação Renova) informou que são os laudos elaborados pela ACP de Mariana, que seguem para o PIM fazer as tratativas, e que os laudos solicitados pela 12ª Vara pertencem a outro fluxo, não são de Mariana. Renato solicita correção no gráfico 5, quanto as *pesquisas aplicadas mensalmente em Mariana*, em que os dados da tabela 7 não condizem com o gráfico 5. Laurent (Fundação Renova) supõe que pode ter sido erro ao puxar os dados. Renato (MAPA) acrescenta que nem todos os meses do ano estão aparecendo, se seria porque nestes meses não houve apresentação? **(E56.1)** Ao que Laurent (Fundação Renova) informa que sim, por não ter havido aplicação de pesquisa no mês, mas pode ter havido supressão na transcrição dos dados. A Fundação Renova revisará os dados da tabela 7 e trará para apresentar na próxima reunião. Renato Cardoso (MAPA) informa que o gráfico 6 apresenta alterações de um mês ao outro e supressão do mês de abril de 2021. Solicita esclarecimentos e que a questão seja encaminhada. **(E56.2)**. Laurent (Fundação Renova) acrescentou que esclarecerá, também, quanto aos conceitos e enviará os RMMs com as informações ajustadas. Renato (MAPA) pergunta se o cronograma é previsão ou se já está em execução. Laurent (Fundação Renova) informa que já iniciaram as ações, mas o que está em cinza ainda será executado. As etapas em verde já foram realizadas, as em amarelo estão em andamento e acrescenta que espera cumprir o cronograma em 8 meses. Karina Denari (FGV/MPF) relata que algumas correções solicitadas na 55ª RO foram feitas no anexo 4, mas restam duas dúvidas: 1. Aba de status solicitações setembro 2021 -motivos de status, relacionados aos casos de inelegíveis, 01 motivo de inelegibilidade nomeado como igreja, por quê? Pessoas ou propriedades em territórios aldeados, qual o motivo de redirecionamento para a fase 4, 3 e 1; e o motivo sem informações de contato, que apresenta 229 resultados, mas associado ao status descartado, explicar porque, se existe uma categoria específica para casos de não localizados. Laurent (Fundação Renova) acredita que a *categoria igreja* possa estar relacionada aos danos considerados inelegíveis na fase 1 -quando a pessoa tinha somente danos do tipo água, ou saúde, ou lazer e cultura, entendia-se que a pessoa não precisaria passar por um cadastro integrado. Mas irá checar e conceituar. Quanto aos *sem informações de contato*, possivelmente são casos recebidos do 0800, sem informações para entrarem em contato. Sugere encaminhar para a resposta vir mais qualificada. A solicitação foi agregada ao primeiro encaminhamento **(E56.1)**.

Renato (MAPA) aborda e analisa o **RMM PIM setembro/agosto**: verifica o acréscimo de 10 acordos e 46 pagamentos. A Fundação Renova acrescentou uma informação nova – 35.851 requerentes com acordos homologados no âmbito do Novel. Quanto ao status de indenização em Mariana, mesmo universo total de cadastros finalizados. Aumento no número de recusas das propostas. Valores pagos aumentaram. Pergunta: o que significa ter havido diminuição das famílias em atendimento? Ronaldo Moysés (Fundação Renova) informa que o número é flutuante, ao fazerem os pagamentos quem recebe sai do status de *em atendimento*. Renato (MAPA) pergunta sobre a árvore de status – análise da proposta, porque houve diminuição de quinze (15) cadastros? Ronaldo Moysés (Fundação Renova) informa que esta caixa representa a finalização – pagamento ou indeferimento. Irá checar. Renato (MAPA) relata que na campanha 1, houve acréscimo de uma pessoa dos povos tradicionais, com a mesma lógica. Acrescenta que na campanha 3, em *análise da proposta* diminui 3, por que deu essa diferença? A questão será encaminhada se até o final da reunião Ronaldo (Fundação Renova) não conseguir responder aos questionamentos. Identificar o motivo dos cadastros do PIM, nas 3 campanhas diminuíram 15, mas na campanha 3, diminuíram 7. **(E56.9)** Renato menciona que na tabela 5 há 3 tipos de acordos, pesca, agropecuária e outros danos. Informa um pagamento no tipo agropecuária, na campanha 2 de MG (tabela 7). Dúvidas quanto aos valores: 8.810 acordos realizados na pesca. Aumentos: no valor total pago, nos danos morais, danos materiais, lucro cessante. Diminuição nos juros correções e descontos. Na questão agropecuária mesma quantidade de acordos e um pagamento a mais. Aumento dos outros índices e diminuição dos juros. Valor total – R\$1.183.013. Não tendo havido acordos ou pagamentos realizados, o que significa esse valor total? Explicar as variações monetárias na tabela 5 do RMM PIM, o motivo do aumento dos valores na pesca se não houve pagamento. A que se refere esse valor de R\$1.183.013, da campanha 2 de MG? **(E56.10)**

Quanto ao sistema indenizatório simplificado até 31.08.2021: Total de requerentes elegíveis:

|   |  |
|---|--|
|   | <p>70.418. Em agosto/21: 9.384 a mais. Requerentes com adesão realizada ao sistema: 61.587 – no mês de agosto:6.021. Requerentes com a cordo homologado junto a 12ª Vara: 35.851. Em agosto 13.029.</p> <p>Jadilson Lino (Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo) pergunta sobre a incorporação de dados no RMM e solicita acesso aos documentos. Jadir (SEDESE) solicitou que fosse encaminhado à CTOS para avaliar se já foi incorporado ou não. Retomará a questão após avaliação dos encaminhamentos.</p>   |
| <b>Encaminhamento 56.1</b>                                | <p><b>Sobre o RMM Cadastro e Anexo 4: Solicita correção no gráfico 5, versus tabela 7 - que não condiz com o gráfico 5 - pesquisas aplicadas por mês em Mariana referentes ao mês de agosto de 2021; Explicitar os motivos de alguns meses do ano não serem mostrados no gráfico. No Anexo 4 revisar os casos da coluna O "motivo_status" relacionado a "Igreja" e "Sem informações de contato". Prazo: 15 dias</b></p>  |
| <b>Encaminhamento 56.2</b>                                | <p><b>Explicar alterações nos Laudos entregues em Mariana (gráfico 6). Em 2018 nos meses 09, 10 e 12. Em 2019 nos meses: 01, 03, 05, 07, 08, 09, 11 e 12. Em 2020: 01, 03, 04, 08, 09 e 10; em 2021 nos meses 07 e 08. Explicar por que o mês de abril de 2021 não aparece. Prazo: Próximo RMM</b></p>   |
| <b>2.1. PG 07: Monitoramento e Nova Definição do PG07</b> | <p>Mirna (MAPA) informa que a CTOS já recebeu algumas propostas de revisão do Programa de Assistência aos Animais, que estão em análise, e antecipa que não houve grandes dissensos. Jadir (SEDESE) acrescenta que foi estabelecido o fluxo da deliberação 465, envolvendo a Fundação Renova e a equipe de monitoramento, que possui expertise técnica para contribuir com o processo de revisão. Foi constituído um pequeno GT para dar evolução às questões apresentadas. Acrescenta que estaria previsto para hoje a apresentação do relato da equipe sobre o monitoramento realizado, porém, Rafael Carneiro (Fundação Renova) informou que o membro que faria a apresentação da Nota Técnica do Monitoramento não pode comparecer por motivo de agenda. O Relatório de visita de monitoramento será enviado à CTOS e apresentado na próxima Reunião Ordinária. Rafael Carneiro (Fundação Renova) acrescentou que dos quatro pontos colocados como “<i>desfavorável</i>”, a Fundação Renova já acordou com dois, restando agora apenas dois pontos a acordar. Mirna (MAPA) reafirma o cumprimento da deliberação 226. Paula Vieira (Fundação Renova) retifica que a Nota Técnica do monitoramento, a que Rafael Carneiro se referiu, na verdade se trata da redefinição do programa e em relação a Nota Técnica da visita de monitoramento, Francisco(SEAPA) a encaminhará para o GT PIM Cadastro. Reforça o cumprimento da deliberação 226, ao efetivar a visita, restando agora enviar a Nota Técnica ao CIF, após apresentação na CTOS. Jadir menciona a importância de acertar a próxima visita de monitoramento para assegurar os trâmites nos prazos protocolares estabelecidos.</p> |

### 3. GT PPS /AFE – Manifestações do GT

| <b>Pauta</b>   | <b>Discussão</b>  |
|--|---|
| <p><b>3.1. Escopo do PG05 – informe</b></p> <p><b>3.2. Análise dos RMM PG 05 e PG21</b></p> <p><b>3.2. Considerações da Fundação Renova</b></p> <p><b>3.3. Encaminhamentos</b></p> | <p>Paulo Clemente (Ministério da Cidadania) informa sobre a aprovação do escopo do PPS-PG05, em sua sétima versão. Relata que após a 6ª versão do escopo foi determinado pela Deliberação CIF 465, que se formasse um grupo para discutir tecnicamente os pontos em que não havia acordo. Diversas reuniões conjuntas foram realizadas. Inicialmente, havia 19 pontos de dissenso, recomendação ou esclarecimento, que foram tratados pela CTOS e equipe técnica da Fundação Renova, a quem, nas pessoas de Priscila Ohira e Maria Albanita, Paulo Clemente (Ministério da Cidadania) parabeniza e agradece a excelência das discussões técnicas. Dos 19 pontos, chegou-se à consenso em relação a 17. Os dois pontos de dissenso diziam respeito ao mesmo tópico - ao público-alvo do Programa de Proteção Social. Considera que o escopo ficou mais robusto, mais aderente às normativas, tendo sido alcançado um bom resultado. A Deliberação que aprovou o escopo foi a 533, de 16 de setembro de 2021, a qual foi lida na íntegra. (<a href="http://ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2021/cif-deliberacao-533-21.pdf">http://ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2021/cif-deliberacao-533-21.pdf</a>)</p> <p><i>“Aprova o escopo do Programa de Proteção Social, nos termos da Nota Técnica nº 49/2021/CT-OS/CIF.”</i></p> <p>“Em atenção ao TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TTAC) e ao TERMO</p> |

DEAJUSTAMENTO DE CONDUTA GOVERNANÇA (TAC-Gov.), celebrados entre órgãos e entes da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda.;

Considerando a Deliberação CIF nº 465, de 04 de dezembro de 2020;

Considerando as Cláusulas 54 a 58, e 203 do TTAC, as atribuições da Câmara Técnica e deste órgão colegiado, o **COMITÊ INTERFEDERATIVO**, delibera:

1. Aprovar a proposta de escopo, meta e indicadores do Programa de Proteção Social -PG-05 (anexo) apresentada pela Fundação Renova, nos termos da NT nº 49/2021/CT-OS/CIF.

2. Aprovar o texto substitutivo proposto pela Câmara Técnica de Organização Social na NT nº 49/2021/CT-OS/CIF para o item 5.2 do documento apresentado, que versa sobre o público-alvo do Programa de Proteção Social. Assim, a definição do público-alvo do programa passa a vigorar com a seguinte redação, considerando especialmente o disposto na Cláusula 57 do TTAC:

*“São consideradas famílias vulneráveis, e que, portanto, devem ser alvo de atenção do Programa de Proteção Social, todas àquelas incluídas no Cadastro Integrado da Fundação Renova que declarem ter renda per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo OU possuam em sua composição pessoas idosas, pessoas com deficiência, crianças ou adolescentes, aquelas que sofreram deslocamento físico em razão do rompimento”.*

3. O conceito de famílias vulneráveis adotado pelo Programa de Proteção Social, de que trata o item 2 desta deliberação, não vincula os demais programas além da Proteção Social, que poderão adotar conceitos distintos, conforme o entendimento das demais Câmaras Técnicas e do Comitê Interfederativo.

4. Determinar à FUNDAÇÃO RENOVA que, no prazo de (30) trinta dias: a) atualize o cálculo do quantitativo de famílias vulneráveis, de acordo com a definição do público-alvo; e b) informe os impactos oriundos do novo cálculo para os repasses aos municípios, a título de suplementação de RH.”

Paulo Clemente (Ministério da Cidadania) acrescenta que a CTOS não possui questões referentes aos RMMs do PG05 e do PG21, e que, posteriormente, apresentarão sugestões de aprimoramento dos RMMs. Jadir (SEDESE) chama atenção sobre o prazo estipulado para que a Fundação Renova atualize o cálculo do quantitativo de famílias vulneráveis, questão a ser monitorada pela CT, e pergunta à Fundação Renova se há possibilidade de apresentar os dados no prazo previsto na deliberação. Paula Vieira (Fundação Renova) informa que estão fazendo tratativas com a equipe e se houver necessidade farão contatos com a CTOS. Paula Vieira (Fundação Renova) comenta ter estranhado o documento publicado, em anexo à deliberação 533, que é uma definição referente a maio de 2020, versão 6ª. Solicita verificação junto ao CIF. Paulo Clemente (Ministério da Cidadania) informa que repassou ao CIF a versão de julho/2021. A solicitação do CIF é que enviassem a versão com a nova definição de vulnerabilidade, a qual deveria ter sido publicada. **(E56.3)**. Maria Albanita (Fundação Renova) solicita celeridade neste encaminhamento. Priscila Ohira (Fundação Renova) ressalta a positividade do processo, agradece a colaboração e construção conjunta realizada. Mirna (MAPA) parabeniza o grupo pela aprovação do escopo do PPS e expressa sua alegria de ver essa ação efetivada. Jadir (SEDESE) considera a aprovação do escopo uma conquista, ressalta a contribuição do monitoramento na realização de ajustes necessários, e frisa a importância dessa aprovação e institucionalização do programa para todos, especialmente para os atingidos.

**Encaminhamento E56.3**

**A CTOS solicitará ao CIF que publique versão atualizada do escopo do PPS - Prazo: Imediato**

**5. Análise dos encaminhamentos da 55.ª RO**

| Pauta               | Discussão   |
|---------------------|---|
| 5.1. Considerações  | Jadir (SEDESE) repassa todos os encaminhamentos definidos na 55ª Reunião Ordinária. Informa que o <b>E55.1</b> , encaminhamento da apresentação do PPS, foi realizado dia 20.08.21. O <b>E55.2</b> : adequações na ata da 54ª RO, sobre realização de reunião intercâmaras por solicitação da Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo foram realizadas. <b>E55.3</b> : solicita à Fundação Renova que envie à CTOS relatório contendo o perfil dos titulares e dependentes que tiveram AFEs cancelados ou reduzidos em 50% entre 01/01/2020 e |
| 5.2 Encaminhamentos |   |

31/07/2021, detalhando os 8 itens listados. Karina Denari (FGV/MPF) relata que foi enviado um documento, faltando o segundo bloco de informações, que chegou em cima da hora, não permitindo a análise mais aprofundada. Diversos dados foram enviados, tais como cancelamentos ligados a habitação definitiva, número de titulares relacionados a faixa de renda, localização de distribuição, dentre outros. Jadir (SEDESE) sugere deixar a apresentação da análise dos dados do E55.3 para a próxima RO. **(E56.4)**. Jadilson Lino (Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo) menciona que é neste encaminhamento que gostaria de solicitar informações, quanto aos cortes de 50% nos AFES, e por isso solicita receber o RMM, para análise pela Comissão. Jadir (SEDESE) informa que a CT IPCT solicitou uma reunião intercâmara onde o tema será tratado e que a partir desta reunião definirão o rito de discussão da temática e a CTOS disponibilizará os documentos necessários para que a produção conjunta ocorra. **E55.4**: Correção no RMM do PG05 – Realizada. **E55.5**: A CTOS revisará os RMMS e especificará para a Fundação Renova as informações necessárias por programa. Paulo Clemente (MC) informa que farão apresentação breve e enviarão o documento posteriormente à Fundação Renova. **(E56.5)** Para o **RMM do PPS**, o GT sugere: tornar o RMM mais resumido e mais visual, manter os conjuntos de informações como anexo. O **Item 1.3**: Painel de elaboração dos Planos de Trabalho e Termos de Parcerias para os municípios: Apresenta uma Tabela exaustiva sobre a sequência das discussões da Fundação Renova com os municípios. Sugestão do GT: Colocar essa tabela em anexo. No corpo do RMM inserir gráficos, colocando o status da situação atual dos municípios – número e percentual dos que já pactuaram termo e plano, esclarecendo a fase em que se encontra. Para os que não pactuaram, número e percentual, causas da não pactuação, ou argumento que o município apresenta. **Item 1.4**: Converter as informações em gráficos sobre a situação do repasse financeiro, mostrando a evolução dos repasses (EX. Gráfico com o percentual de recurso financeiro já recebido em relação ao total pactuado; percentual de veículos já repassados em relação ao total, quantos receberam veículos, etc.). **Item 1.9 Indicadores**: Inserir indicadores e situação atual, evidenciando o quanto tem se a proximado da meta. Inserir as informações apuradas até o momento para cada um dos indicadores pactuados no Escopo do PPS. **Sugestões de acréscimos**: Inserir informações sobre o número de famílias vulneráveis por município, captados mensalmente a partir dos dados do cadastro.

**Adequações nos RMMs do GT PIM Cadastro**: Karina Denari(FGV/MPF) considera que no RMM do PIM, Renato (MAPA) já sugeriu algumas reformas, solicitando deixar mais claro a evolução dos números a partir da linha do tempo. Todo mês são apresentados os números do programa, mas sem continuidade, a não ser relativo ao dado de pagamento. **Item 7**:relacionado ao sistema indenizatório simplificado – solicita informações, incluindo legendas/glossários, a origem dos dados – dicionário. Incluir gráficos adicionais para detalhar os quantitativos, dividindo por estado, município e comunidade. Esclarecer os dados do PIM com base na triagem por município e comunidade. Dados adicionais por atendimento realizado, status do andamento das adesões e causas da recusa ou não homologação. Adiciona questão que vai além da atualização do RMM, sobre o encaminhamento **E53.6**: Solicita informações sobre o item 7, a disponibilização do book de categorização de danos. Outras sugestões de mudanças na estrutura de apresentação das informações nos RMMs, serão enviadas por ofício. Ronaldo Moysés (Fundação Renova) considera importante receber por ofício as sugestões, para melhor compreender as solicitações e desenvolver os mecanismos necessários de inclusão desses dados na rotina de produção dos RMMs, tornando-os mais úteis para a CTOS. Solicita poder trazer dúvidas ou contrapropostas na próxima RO, e pergunta se há alguma informação prestada atualmente que possa ser excluída do RMM, tornando-o mais enxuto e prático, de ser produzido e analisado. Jadir (SEDESE) avalia que esta análise pode ser feita na próxima RO e a CTOS trará este levantamento do que pode ser retirado dos RMM. Paulo Clemente (MC) considera que há informações que podem ser retiradas do RMM do PPS. Jadir considera necessário dar continuidade às análises, trazendo sugestões de aprimoramento dos RMMS de alguns Programas que ainda não foram analisados – PG07, por exemplo, para apresentar na próxima RO. **(E56.6)**.

**E55.6**: Esclarecimentos sobre o RMM Cadastro – correção de tabelas e sobre anexo 4: Renato (MAPA) considerou que os percentuais foram incluídos. **E55.7**: Ofício 110/2021/SEDESC e **E55.8**: Ofício 11/2021/SEDESC – Jadir (SEDESE) informou que foram encaminhados ofícios pela Fundação Renova, respondendo aos encaminhamentos, que

serão analisados junto com o município de Mariana e caso ainda reste alguma demanda, serão retomados na próxima reunião da CTOS. **(E56.7)**. **E55.9**: A CTOS enviará à Fundação Renova, com antecedência, as análises dos RMMs feitas nos GTs, para adequações da Fundação Renova: Jadir (SEDESE) informa que o procedimento ainda não foi realizado, mas trabalhará por esta qualificação. Considera que este envio com antecedência não pode substituir a discussão feita nas Reuniões. Karina Denari (FGV/MPF) solicita informações sobre o book de categorização de danos do sistema indenizatório **(E53.6)** e Ronaldo Moysés (Fundação Renova) sugere endereçar à Paula Vieira, da Governança, e esclarece que o GISI não é o PIM, é produzido por área fora do PIM. Paula Vieira (Fundação Renova) disse que vai olhar internamente e retornará posteriormente. Karina (FGV/MPF) solicita encaminhar, reforçando que a Fundação Renova informe a respeito da atualização da resposta do **E53.6**. **(E56.8)**. **E55.10**: A Fundação Renova fará última rodada de negociação dos planos de proteção social com os municípios não aderentes e construirá com os mesmos alternativas para efetivar a reparação. A Fundação Renova fará reunião com a SUBAS - SETADES alinhando estratégia de apoio para esta ação. Prazo: Prazo de finalização até dia 30 de outubro de 2021. Jadir (SEDESE) solicita que a FR informe o status desta última rodada de negociação com os municípios não aderentes aos planos municipais. Priscila Ohira (Fundação Renova) relata que dos 40 municípios, seis ainda não pactuaram, dos quais, dois - Baixo Guandu e Governador Valdares, estão em processo avançado de negociação. Acrescenta que depois de finalização com estes dois municípios farão contato com a SUBAS. Maria Albanita (Fundação Renova) relata que no Espírito Santo a negociação com Baixo Guandu já está bem avançada. A Proposta está para assinatura do Prefeito e estão fazendo contatos sistemáticos com eles. Solicita apoio da SETADES para finalização. Priscila Ohira (Fundação Renova) acrescenta que em Governador Valadares, também, estão em fase de assinatura. **E55.11**: A CTOS articulará reunião do grupo de monitoramento para alinhamento da definição do PG07 – Jadir (SEDESE) menciona que esta situação já foi informada quando se tratou das manifestações do GT PIM Cadastro – item 2.1. da pauta e as análises dos RMMs, foram realizadas nas manifestações de cada GT.

Jadir (SEDESE) retoma as pendências: encaminhamentos sobre o quantitativo de casos em análise de proposta do PIM. **(E56.9)** Solicitação de se verificar e justificar a diferença entre as 3 campanhas do PIM, ajustando as figuras, fazendo as correções das árvores. Outra questão diz respeito as variações dos quantitativos da tabela 5. **(E56.10)**. Jadir (SEDESE) informa sobre o recebimento da deliberação 523, de agosto de 2021, sobre a composição das Câmaras Técnicas e da planilha com a composição proposta pelo CIF. Acrescenta que a CTOS está analisando os documentos e repensando o processo de recomposição da CT e trará como pauta na 57ª RO. Será feita análise interna do Regimento Único e da deliberação 523, considerando a ata da 54ª RO do CIF. Relata alguns movimentos já realizados em termos da ampliação dos membros e recomposição dos representantes governamentais. Considera que, para a representação dos atingidos, é necessário estabelecer a forma de indicação, pois, representarão a calha toda, de Fundão à Regência. É preciso ter bem claros os critérios de escolha destes representantes na CT, item que será trazido na próxima reunião. Mirna (MAPA) sugere que tenha um membro representante do Espírito Santo e outro de Minas Gerais. Jadilson Lino (Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo) relata que, o que foi tratado na 54ª RO do CIF é que Degredo foi contemplado, por ter sido a única comissão que se manifestou até o momento.

Jadilson (Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo) questiona não ter podido participar da reunião fechada da CTOS, realizada no dia 21.09, e considera que os atingidos precisam ser ouvidos, pois, podem contribuir muito com as discussões, já que vivenciam as dificuldades na prática. Acrescenta que o entendimento do CIF, dá a compreensão de que a partir da indicação, estariam presentes como membros. O regulamento prevê duas vagas para os atingidos (dois titulares e dois suplentes), podendo ser uma vaga para Minas Gerais e outra para o Espírito Santo. Para a representação no CIF os atingidos possuem 3 vagas. Acrescenta que está representando a bacia no CIF. Solicita análise da CTOS. Jadir (SEDESE) informa que a CT tem intenção de caminhar de acordo com os preceitos do CIF. Sugere que a discussão para recomposição da CT, com maior entendimento, seja feita na próxima RO, com base nos documentos de referência. Acrescenta que existe uma estrutura nas CTs que são próprias – reuniões governamentais (realizadas previamente), reuniões ordinárias, reuniões de GTs. Fará apresentação de cada uma dessas estruturas esclarecendo

|                              |   |
|------------------------------|---|
|                              | <p>os espaços de participação dos membros. O momento é de transformação das CTs e esta discussão é pertinente. Acrescenta que não existe por parte da CT objetivo de dificultar a participação na Câmara. Mirna (MAPA) pergunta se a referência que Jadilson (Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo) fez de reunião fechada, dizia respeito à reunião governamental. Acrescenta que são três esferas de governo que precisam conversar. Sugere que os atingidos façam também suas reuniões, conversando, os representantes e atingidos, para irem para a RO com os assuntos nivelados. Jadir (SEDESE) sugere inclusão de espaço de fala dos atingidos na pauta das reuniões ordinárias, onde podem apresentar suas demandas. Jadilson(Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo) considera necessário buscar melhor os entendimentos, pois, algumas CTS possuem reuniões fechadas, mas que não são governamentais. Está pleiteando à CTOS, pois, nas outras CTS estão participando. Mirna (MAPA) disse que há previsão de reuniões governamentais. Jadir (SEDESE) considera fundamental o espaço de articulação dos atingidos. As reuniões virtuais geraram perdas de espaços já estabelecidos, que devem ser reorganizados. Acrescentou que a recomposição será tratada na próxima RO. <b>(E56.11)</b>. Mirna (MAPA) lembra que nas reuniões presenciais, quando realizadas em Brasília, os atingidos cediam 2 horas da reunião para orientações e esclarecimento de dúvidas com os técnicos. Jadilson (Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo) avalia necessário levarem a situação ao CIF e informa que a CQD e ASPERQD encaminharão ofício ao CIF solicitando maiores esclarecimentos sobre este assunto, principalmente dentro da CTOS.</p> |
| <b>Encaminhamento E56.4</b>  | <b>A CTOS apresentará análise dos dados solicitados no encaminhamento E55.3 na próxima Reunião Ordinária</b>  |
| <b>Encaminhamento E56.5</b>  | <b>A CTOS encaminhará ofício à Fundação Renova com as sugestões de aprimoramento nos RMMs dos Programas, conforme previsto no E55.5 – Prazo: Imediato</b>   |
| <b>Encaminhamento E56.6</b>  | <b>A CTOS revisará os RMMs com foco nos itens que possam ser excluídos e acrescentará as sugestões de aprimoramento dos RMMs dos outros Programas. A discussão será retomada na próxima Reunião Ordinária</b>   |
| <b>Encaminhamento E56.7</b>  | <b>Os encaminhamentos E55.7 e E55.8 serão retomados na próxima Reunião Ordinária</b>  |
| <b>Encaminhamento E56.8</b>  | <b>A Fundação Renova atualizará a CTOS a respeito da elaboração e disponibilização de book de categorização de danos pela área GISI, informação oferecida em 27 de maio de 2021 em resposta ao encaminhamento E53.6 e previsto para ser elaborado até julho de 2021. Prazo: Até 5 dias antes da próxima CTOS</b>  |
| <b>Encaminhamento E56.9</b>  | <b>A Fundação Renova fará revisão do status das campanhas 1, 2 e 3 na etapa de análise de propostas, fazendo as correções das árvores das 3 campanhas do PIM – Prazo: Próximo RMM</b>   |
| <b>Encaminhamento E56.10</b> | <b>A Fundação Renova explicará as variações monetárias na tabela 5 do RMM PIM e esclarecerá o valor de R\$1.183.013. Prazo: Próximo RMM</b>   |
| <b>Encaminhamento E56.11</b> | <b>A CTOS pautará a questão da recomposição das Câmaras Técnicas na próxima Reunião Ordinária</b>   |

Não havendo mais considerações por parte dos membros, e como todos os pontos da pauta foram tratados, às 16 horas e 55 minutos, dos dias 22 de setembro de 2021, o Sr. Jadir de Assis, coordenador suplente da Câmara Técnica de Organização Social – CT-OS, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos e todas.

Observação: Esta ata foi aprovada na 57ª Reunião Ordinária da CTOS, realizada dia 04 de novembro de 2021

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a large circular flourish at the end, positioned above a horizontal line.

---

Jadir de Assis  
Coordenador Suplente  
Câmara Técnica de Organização social e Auxílio emergencial - CTOS